

As Missões Orientais do Uruguai: do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso

Fernando Camargo¹

O período posterior à fundação de Colônia do Sacramento, até a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, na região platina, teve como característica geopolítica principal um grande esforço de ocupação do imenso território da margem esquerda do rio Uruguai. Obviamente, esse esforço se concentrou em áreas consideradas estratégicas, nos litorais fluviais e marítimos da região, com raras exceções. No caso português, a região de Laguna, as barras dos rios principais, como o Mampituba, o Tramandaí e o Rio Grande de São Pedro (Canal de São Gonçalo). No caso espanhol, os litorais internos dos *campos orientales*, nos rios Uruguai e da Prata e no litoral atlântico, até Maldonado.

Nesse contexto estão as fundações de Rio Grande, Viamão, Porto Alegre, Rio Pardo, Montevideu, Santo Domingo Soriano e Maldonado, entre outras. Esses primeiros estabelecimentos urbanos são uma novidade e, nesse primeiro momento de sua existência, representavam marcos ainda sem vigor, destoando do quase deserto demográfico de seu entorno.

“Desde a fundação de Sacramento e durante a primeira metade do século XVIII, as disputas entre espanhóis e portugueses não haviam se restringido à posse desta

¹ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

cidadela. Elas tiveram dois outros objetivos: o controle integral da margem setentrional do rio da Prata e o domínio sobre as terras das campanhas da Banda Oriental e das que, futuramente, comporiam o Rio Grande do Sul. Como resposta a tais propósitos, os portugueses haviam fundado os fortes de Santa Tereza e de São Miguel e, mais tarde, o de Jesus Maria José que deu origem à cidade de Rio Grande. Tentaram, também, a criação de outro núcleo de povoamento junto ao rio da Prata, em área que corresponde atualmente a Montevidéu. Os espanhóis, apreensivos com a descida dos portugueses em direção ao sul, haviam tentado bloquear-lhes o acesso a Sacramento, tanto por terra quanto por mar.²

Contingentes humanos de caráter mais fixo passaram a ser observados na zona rural, atraídos pela abundância de terras e pelo *ciclo do couro*, que se iniciava. Deviam ser, fazendo uma *antropologização* muito empírica e superficial, indivíduos tendentes ao risco, à aventura e ao enriquecimento fácil; e, ainda que não fossem emocionalmente *endurecidos* quando nessas terras chegaram, passaram, necessariamente, por esse processo, pela própria necessidade de sobrevivência num mundo que se apresentava hostil e, por si mesmo, duro.

A fundação do presídio de Jesus Maria José, em 1737, permitiu o florescimento, à sua volta, da Vila do Rio Grande de São Pedro que foi, por seu turno, o primeiro agrupamento urbano do atual Estado do Rio Grande do Sul. O estabelecimento do forte foi decisão do Brigadeiro José da Silva Paes, a 1º de Novembro daquele ano, em regresso de campanha, pela Guerra de 1735-37, no Rio da Prata³.

A localidade de Rio Grande tem a característica de ser o único porto de

² REICHEL & GUTFREIND (1998), p. 65.

³ NEVES (1981), p. 17 a 36.

melhor qualidade entre Laguna, no Brasil e Laguna de Rocha (Las Palomas)⁴, no Uruguai. Mesmo assim, não se configura por ser um porto de baía, o ideal para o tipo de transporte marítimo da época, mas um porto de barra fluvial - no caso, a Lagoa dos Patos -, e, por isso mesmo, movediço e instável. Sua singularidade, em meio ao maior litoral *sem baías* do mundo, o tornava um ponto vital e estratégico aos interesses portugueses.

“A Povoação principal deste Continente, q’ se denomina Villa de São Pedro está situada na latitude de 31°, e58’, e na longitude de 334°, e 25’. A sua barra hê perigoza, pelos m^{tos} bancos mudaveis q’ tem de arêa, segundo as enchentes, e correntezas d’agoas. Passando este obstaculo, achão as Embarçaçoens hum optimo laga mar, para se abrigarem, e ancorarem.”⁵

O porto de Rio Grande passou a exercer uma função vital para a própria ocupação do dito Continente de São Pedro. De fato, nenhuma ocupação européia mais interiorizada tinha grandes chances de sobrevivência sem a existência daquele mesmo porto. Não há grande exagero em dizer, portanto, que o Rio Grande do Sul português deveu seu nascimento e sua posterior existência àquela fundação, em 1737.

A explicação para uma afirmação de tal peso decorre da própria natureza da circulação de bens e pessoas, num contexto ocidental não-indígena, pelo menos até o advento das estradas de ferro. O transporte de maior porte e maior rapidez era feito, essencial e basicamente, através da navegação. O sucesso ou fracasso de projetos geopolíticos decorria, em larga escala, da possibilidade de promover o transbordo de mercadorias e bens, de qualquer natureza e não apenas econômicos, utilizando como

⁴ Mesmo a Laguna de Rocha não é a mais adequada ao recebimento de navios, sendo preterida pelo porto de Maldonado. Ver também CIDADE (1948), onde à p. 36 escreve, sobre a fundação de Rio Grande: "por se tratar da única abertura marítima entre Santa Catarina e a bôca do Rio da Prata".

⁵ Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Manuscritos do Brasil – N° 47, inteiro. Observe-se que a expressão "laga mar" que aparece nesse texto, se refere à Lagoa dos Patos.

base um porto ou uma rede de portos.⁶

Alguns projetos parecem ter fracassado precocemente por esse motivo, confirmando esse ponto de vista. O *Protectorado* de Artigas, ambicioso projeto político falhou, sobretudo, em encontrar sua saída portuária, na medida em que não pode sustentar Montevideú e nunca conseguiu controlar Buenos Aires; e, sem esses, os portos do litoral dos rios Paraná e Uruguai ficavam relegados à subutilização. Os Farrapos rio-grandenses não lograram submeter Rio Grande e não puderam sustentar e, depois de perdida, reconquistar Porto Alegre e, numa tentativa desesperada, ocuparam o porto de Laguna, durante a chamada *República Juliana*.

Mesmo com diferenças interpretativas profundas, é quase ponto pacífico entre os historiadores que um dos maiores conflitos sul-americanos, a Guerra do Paraguai, foi motivado, antes de qualquer outra causa, pela necessidade paraguaia de encontrar sua saída para o mar.

Nesse ponto reside a importância fundamental do Rio Grande de São Pedro para todo o posterior desenrolar da História Geopolítica platina. Sua presença geográfica, ainda que nem sempre tenha sido requisitada de forma direta nos principais eventos políticos posteriores, estava sempre a representar sua significação simbólica e o seu papel sócio-econômico para toda a sua *hinterland*.

Pelo lado das terras de Espanha, a essa época, as missões jesuíticas do Paraguai e do Uruguai, atingiam o ponto culminante de seu desenvolvimento sócio-econômico⁷. Esse fenômeno histórico, como já foi discutido antes, seguia seu ritmo evolutivo como um reduto diferenciado, ainda que integrado, no universo colonial platino.

⁶ CAMARGO (1996), p. 27. Ver todo o primeiro capítulo, acerca da importância do transporte marítimo e fluvial, na época.

Os conflitos entre as duas forças contraditórias de expansão na América do Sul, o bandeirantismo paulista e o missionarismo jesuítico, levaram à transposição das populações reduzidas para a margem direita do rio Uruguai (atual Província de Misiones, Argentina), onde estariam mais seguras frente à agressiva caça luso-brasileira de escravos indígenas. Mas os ataques bandeirantes sofreram um freio mais efetivo na derrota sofrida frente aos índios guaranis cristianizados, agora já autorizados a armar milícias⁸, na batalha de Mbororé, no ano de 1641⁹.

Já a partir da segunda metade do século XVII, os guaranis e os jesuítas se consolidavam, uma vez mais, na região situada à margem esquerda do Uruguai, dando início consagrado na historiografia como dos *Sete Povos das Missões*. As reduções, ou missões, de San Luís, San Borja, San Miguel, San Ángel, San Juan, San Lorenzo e San Nicolás se desenvolviam a olhos vistos e se transformavam nas pérolas da experiência missionária jesuítica.

O território básico que ocupavam era delimitado pelos rios Uruguai, Ibicuí e Jacuí, mas suas adjacências se estendiam, através das chamadas *estâncias* dos povos, até os campos orientais, às proximidades do rio Negro. As estâncias se configuravam como uma espécie de reserva de caça, nas quais o gado vacum, principalmente; o eqüino e o ovino, secundariamente; e o muar, marginalmente, se desenvolviam de forma livre, com a mínima intervenção humana no sentido de implementar melhoria de plantel e sem uso de práticas mais avançadas de criação, mesmo as conhecidas na Europa, àqueles tempos.

A pressão da população branca na campanha cresceu a partir da *chamada à atenção* das imensas riquezas em couro disponíveis nos campos platinos ao Norte

⁷ PORTO (1954), II Parte, p. 162 a 197.

⁸ KERN (1982), p. 262 e 263. Ver também PORTO (1954), Parte II, p. 14, onde se lê “O Decreto real de 21 de Maio de 1640, concedia-lhes o uso de armas de fogo”.

do rio da Prata, com a fundação e disputas relativas a Colônia do Sacramento¹⁰. Tinha agora, essa pressão, estabelecimentos urbanos ou quase isso, que lhe melhor lhe sustentasse o avanço. Esse fato colocou na mira dos interesses coloniais de ambas as nacionalidades a alardeada prosperidade dos povos missioneiros. Deve ser acrescida aí a provável indignação velada que corria com relação aos privilégios régios concedidos aos jesuítas e suas missões religiosas.

O quadro poderia ser comparado ao de uma grande torquês luso-hispânica se fechando contra aquele quisto, aquele corpo diferente e pouco identificado com o restante das colônias ibéricas lindeiras. A situação da Companhia de Jesus na Europa e no resto do planeta, tampouco inspirava confiança, onde os anos de proeminência junto às nações católicas européias e junto ao próprio papado, parecem ter criado um profundo sentimento de desconforto e já principiava a rarear quem se dispusesse a prestar franco apoio político aos inacianos.

A Companhia de Jesus se envolveu num processo interessante de desafio ao poder central nos reinos nos quais estava estabelecida. Aparentemente tal fato não se deveu a qualquer contestação direta às autoridades temporais, mas o referido *desafio* ocorria espontaneamente, na medida em a Companhia de Jesus ocupava espaços que o Estados, cada vez mais, reclamavam como seus.

“Mesmo antes de deflagrar a insubordinação dos índios missioneiros contra a injusta aplicação do Tratado de 1750, uma trama insidiosa se tecia na Europa para envolver em suas malhas o que a política reacionária da época chamava de ‘poderio jesuítico’.”¹¹

A questão se punha com mais força na medida em que crescia a postura

⁹ PORTO (1954), I Parte, p. 181 a 196.

¹⁰ Sobre esse assunto, ver ASSUNÇÃO (1978), Tomo I, p. 217 a 220.

¹¹ PORTO (1954), II Parte, p. 242. Ver interessante discussão sobre o tema em SILVEIRA (1909), p. 51 a 82.

política que ficou conhecida como despotismo esclarecido, já que essa postura entendia como prerrogativa estatal o controle do timão da cultura, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico. De qualquer maneira, o jesuitismo passou a ser identificado com formações políticas indesejáveis, em contextos, nos quais, as monarquias absolutas dos últimos momentos do *Anciën Regime* viam, como já ocorrera em outros tempos, a submissão da nobreza e do clero como tarefa necessária ao desenvolvimento nacional.

Em Portugal, isso ficou claro na política pombalina, que resultou na completa erradicação da ordem jesuíta naquele país e em suas colônias. Os jesuítas enfrentavam problemas sérios junto aos governos de Portugal e da Áustria e a Espanha bourbonica também foi influenciada por essa mesma preocupação frente aos inicianos.

“Envy and fear fueled this monarchical enmity, fed by rumors spread by enemies of the Jesuits, not a few of them within competing religious orders. The Jesuits, it was said, had secret silver mines on the mission lands; they were stealing the king's treasure; they planned to declare their ‘state’ independent of the Spanish crown. None of this was true: there were neither mines, nor treasure, nor a hint of a serious sentiment for rebellion. When King Charles' troops arrived at the missions to arrest the Jesuits, they went quietly. They didn't have to, for they controlled a military force greater than that at the disposal of the governor of Buenos Aires, Francisco Bucareli, the man charged with carrying out the expulsion. These were the Indian militias, fanatically loyal to the ‘padres’. They had been formed, with royal sanction, to defend the missions from Brazilian slavers. They became a bulwark against incursions into Spanish territory and were frequently deployed to defend Buenos Aires against the French, Dutch, and English.”¹²

¹² O'MARA (1999).

Nesse contexto, celebrou-se em 8 de fevereiro¹³ de 1750, o Tratado de Madri, entre as duas nações ibéricas. Os termos do tratado, entre inúmeras outras considerações, previam a entrega à Espanha, de Colônia do Santíssimo Sacramento, bem como, a entrega a Portugal, dos chamados Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai.

O Tratado de 1750, não foi mais uma peça nesse processo de pressão sobre os jesuítas. Por mais tentador que pareça, é difícil estabelecer um nexó sustentado documentalmente que ligue aquele Tratado e sua conseqüente entrega dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai a Portugal, como parte de uma estratégia premeditada de ataque às posições dos jesuítas. Isso, contudo, tampouco significa que os termos do acordo, no que tangem àquelas reduções, não tenham vindo ao encontro a fortes interesses geopolíticos e econômicos, especialmente coloniais.

Por outro lado, foi com o Tratado de Madrid que principiou a decadência, jamais recuperada, da simbiose entre guaranis reduzidos e padres da Companhia de Jesus e até com religiosos católicos de qualquer outra origem ou as autoridades laicas coloniais. Mesmo no curto período de tempo em que os jesuítas retornaram à margem esquerda do Uruguai até a expulsão da Ordem na Espanha (1761-1767), não houve como recuperar as condições anteriores, não apenas pelas destruições materiais ocorridas, mas pelo próprio trauma que o conflito decorrente do Tratado – a Guerra Guaranítica – provocou naquela população.

“The Jesuits' departure in 1767 was a catastrophe for the Indians under their care. They felt betrayed. Hadn't they been loyal subjects? Paid their yearly tithes to the crown?”

¹³ A ratificação portuguesa ocorreu antes, em 26 de janeiro do mesmo ano, mas a ratificação última, a espanhola, se deu nessa data, conforme consta da Ementa do Tratado.

Hadn't they even fought the king's enemies?"¹⁴

Nesse mesmo enfoque, sob o aspecto interno do universo guarani-missioneiro, o conflito deixou profundas seqüelas, oriundas não da expulsão dos padres jesuítas, mas sim, por fazer aflorar as suas próprias tensões e contradições.

“A Guerra Guaranítica é o tema recorrente na história das Missões jesuítico-guaranis. Historicamente, significou a maior crise da Província do Paraguai e, em especial, dos Sete Povos localizados no atual território rio-grandense. Ela desencadeou o processo de desestabilização do espaço social missioneiro. De certa forma, tensionou suas esferas internas, singularmente entre 1752 e 1757, período dos conflitos com os exércitos coligados de Espanha/Portugal e, também, de divergências internas entre os Sete Povos, cabildos e caciques. Essa ‘cizânia’ interguarani, conforme expressão do padre Henis, ficou demonstrada nas notas. Desde 1754, revelaram-se ‘discórdias no exército dos índios, de sorte que, algumas vezes, [quase tiveram] guerra civil, ou intestina’ ”¹⁵

O Tratado de Madri, por seu turno, transformou-se num marco de transição nas relações tratadísticas entre as duas coroas ibéricas na América do Sul, porque previa, além de uma solução de gabinete, como a longa seqüência de acordos anteriores, a averiguação *in loco* das condições do tratado, dos limites a serem implementados e da fixação de marcos delimitatórios.

Mais do que apenas isso, o Tratado de Madri marcou o fim das desavenças sustentadas a partir do meridiano de Tordesilhas. Aquela linha meridiana ficava finalmente sepultada com o novo traçado divisório, entre Portugal e Espanha, no Mundo. Também, nesse Tratado de 1750, ficou selado o princípio do *Uti Possidetis* como princípio básico para administrar as diferentes pretensões dos

¹⁴ O'MARA (1999). Observe-se que o autor está se referindo aqui a todo o universo das missões jesuíticas na América do Sul e não apenas aos Sete Povos orientais ao rio Uruguai.

litigantes.

“Alexandre de Gusmão, diplomata português nascido no Brasil, levantou então o princípio do *Uti possidetis*, argumentando que o direito ao território devia caber ao povo que o povoara, que o conquistara aos primitivos habitantes. A consagração deste princípio beneficiava os lusitanos na América do Sul, onde os paulistas haviam provocado o ‘recoo do meridiano’, mas beneficiava os espanhóis na Ásia, onde eles haviam ocupado as Filipinas.”¹⁶

Tentar reconstituir os fatos ligados à Guerra Guaranítica sob a ótica mais formal de enfrentamento entre nacionalidades distintas é, na verdade, incidir em erro de origem, pois o que ocorreu foi a rebelião de um grupo de súditos espanhóis contra as disposições de um acordo de limites entre a sua coroa – a espanhola – e a nação vizinha.

Em outras palavras, não se pode reforçar a idéia, bastante difundida na historiografia mais tradicional de um *Estado dentro do Estado*. Uma vez que mesmo em circunstâncias bastante penosas para as comunidades guarani-missioneiras, como os recrutamentos militares constantes, nunca se observou um desafio direto à autoridade central do mundo colonial espanhol. Os guaranis reduzidos eram tão ou mais fiéis súditos de Sua Majestade Católica como qualquer *criollo* ou reinol na América do Sul.

“Ao contrário, a situação de dependência à sociedade global espanhola fica evidente quando se analisam variáveis tais como o pagamento de tributos, a prestação de serviços militares, as visitas de inspeção de governadores e bispos, a delegação de autoridades aos missionários e indígenas pelos detentores do poder ou seus

¹⁵ GOLIN (1998), p. 559.

¹⁶ ANDRADE (1989), p. 16.

representantes. A área ocupada pelos Trinta Povos estava inserida no interior dos territórios do império espanhol e nas proximidades de duas capitais provinciais.”¹⁷

Isso pode parecer paradoxal, na medida em que se vem afirmando, ao longo do texto, que as missões guaranis tinham uma formação distinta das demais instituições coloniais hispânicas. Possuíam um tipo de autonomia que facilmente era confundida como privilégio sob a ótica dos demais agentes sociais e políticos da época e oposta aos fortes interesses econômicos de grupos coloniais de ambas as nacionalidades européias presentes no Cone Sul.

A Companhia de Jesus enfrentava problemas de natureza semelhante, como já foi visto, na Europa. A trágica solução dada à oposição guarani ao Tratado de Madri, não se explica apenas por uma posição economicista, politicista ou culturalista frente àquele fenômeno, mas de uma observação mais global dos acontecimentos. Com o passar do tempo e, principalmente, com a expansão das fronteiras colonialistas sócio-econômicas, a presença da Estrutura representada pelo tripode guaranis-missões-jesuítas ficou insustentável.

Para a evolução histórica do que, hoje, denominamos Rio Grande do Sul, esse efeito do Tratado de Madri, somado à posterior expulsão dos Jesuítas da Espanha e a extinção da Companhia de Jesus pelo Papa, significou o final de um modo de vida muito específico, existente apenas no interior da América do Sul e com existência efêmera. Os guaranis cristianizados, entretanto, tentaram desesperadamente manter intactas suas instituições, transformando o que era fato e presença histórica nos tempos de seu apogeu, nos mitos e ícones de sua decadência, como será visto mais adiante.

No campo da esgrima política entre as nações ibéricas, o Tratado de

¹⁷ KERN (1982), p. 264.

Madri não representou o idealizado fim das pendengas de fronteiras e limites. A desconfiança mútua, arraigada por cerca de cinco séculos de enfrentamento, impediu que os termos do acordo fossem levados a cabo integralmente.

“A Colônia de Sacramento, contrariando o previsto no Tratado de Permuta, não foi devolvida mas, pelo contrário, foi retida mediante recursos dilatórios e fortificada pelos portugueses.”¹⁸

Também:

“exige a imparcial verdade que se confesse que já então se negociava esta demarcação sem desejar concluí-la, esquadrinhando-se de parte a parte pretextos especiosos para paralisá-la, quiçá por insinuações privadas como pelo menos pareceram confirmar os fatos posteriores”¹⁹

Em 1759 falecia o rei espanhol Fernando VI, tendo sido substituído por Carlos III, esses foram os primeiros soberanos a propor e a promover, uma verdadeira e profunda reforma política, administrativa, financeira e cultural na monarquia espanhola, com grandes conseqüências no império colonial hispânico. Com Carlos III a reforma do exército, a modernização e incremento da marinha²⁰, a readequação das práticas mercantilistas a mundo cada vez mais liberal e *fisiocrático*, a reforma do ensino, a expulsão dos jesuítas foram, entre outras medidas, as tentativas espanholas de estabelecer um despotismo esclarecido. Era o auge de *las luces*, em terras de Espanha.²¹

Um país em fase de renovação e revigoração econômica e militar, portanto, se apresentava frente a um Portugal que, com o marquês de Pombal, o

¹⁸ CERVO & ROPOPORT (1998), p. 44.

¹⁹ PINHEIRO (1982), p. 87.

²⁰ A modernização da Marinha já havia sido principiada por Fernando VI, especialmente na outorga do marquês de la Ensenada.

²¹ Ver todo o texto de MOREIRA (1987). À página 129, diz: “O reinado de Carlos III, neste contexto,

plenipotente ministro de D. José I, também tentava estabelecer os seus parâmetros de *Iluminismo*. A vã tentativa de restaurar a tranqüilidade sul-americana veio com o Tratado de El Pardo, de 1761, pelo qual, basicamente, se anulava o Tratado de Permuta de 1750.

Não duraria dois anos o novo acordo, contudo. Conforme o quadro geopolítico e os ânimos reinantes, estava pronto o cenário para mais um conflito sul-americano, como de fato se confirmou com o ataque e conquista do governador de Buenos Aires, Pedro Cevallos, sobre a Colônia, em 1762.

Em 1763 foi assinado o Tratado de Paris²², o qual se encaixava no contexto do final da Guerra dos Sete Anos na Europa e promoveu a devolução de Colônia do Sacramento aos Portugueses. Nesse ano, também a política de reforma pombalina prescreveu a mudança do centro da administração colonial lusitana na América de Salvador para o Rio de Janeiro, meridionalizando o centro da política brasileira.

Menos ainda durou esse último Tratado, pois Cevallos, sustentado por discordâncias na interpretação do Tratado de Paris, investiu sobre a Vila de Rio Grande, conquistando-a naquele mesmo ano de 1763. Este foi o momento em que as partes meridionais do Brasil estiveram mais ameaçadas de serem perdidas pelos portugueses. De fato, ao longo desse conflito, inclusive a Ilha de Santa Catarina e sua vila - Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis - foram tomadas pelos hispano-platinos.

Com a perda de Rio Grande, deu-se início ao processo que culminaria com a sua restauração, durante o qual, as eficientes coordenações de esforços

foi um reinado chave e se destaca como aglutinador dos esforços anteriores”.

²² Sobre a Paz de Paris, ver interessante texto de VALCÁRCEL (1979).

militares e diplomáticos levaram ao crescimento da presença militar portuguesa no sul do Brasil para níveis inéditos até então²³, bem como, conduziram à consolidação e à posterior expansão das fronteiras lusófonas naquele setor.

Os enfrentamentos contra a dominação espanhola no Rio Grande (1763-1776) consolidaram a presença de um corpo paramilitar, crescente em número, prestígio e experiência, à disposição da coroa portuguesa: as milícias. Essas eram formadas por colonos e paisanos locais que, em momentos de crise, eram arregimentados para servir junto com as *tropas de linha* ou *regulares* (o exército profissional).

Tal corpo chegou a se tornar preponderante nas operações militares do território do Rio Grande de São Pedro no período entre a Paz de 1777 e o advento das forças destinadas a enfrentar a ameaça artiguista em, 1811. Formaram o núcleo do futuro exército imperial no Rio Grande do Sul, após a autonomia política de Portugal. Os milicianos também seriam, a seu tempo, um dos principais grupos a se apropriar das terras devolutas no norte e nordeste do Rio Grande do Sul.²⁴

Os corpos de milícias também se transformaram uma escola para lideranças militares, tais como os Pinto Bandeira e os Marques de Souza, entre outros, cujo respeito e admiração inspiravam a segurança no comando e a obediência mínima que costumava faltar aos corpos coloniais não regulares.

Experiência semelhante, no mundo colonial hispânico, apesar de reconhecimento um pouco posterior, foram os corpos de *blandengues de la frontera*,

²³ Segundo GOLIN (1997), p. 62, o imenso esforço português na ação conjunta com os espanhóis para expulsar os guaranis na Guerra de 1754-56, compôs um exército de cerca de 1.600 homens. No caso da restauração do Rio Grande, conforme LINS (1979), p. 315, o “Exército do Sul” português compunha-se de cerca de 6.000 homens, apenas duas décadas depois.

²⁴ RÜCKERT (1997), p. 28, onde se lê: “define-se a ocupação por posses – principalmente pelos milicianos paulistas”.

com estrutura marcadamente mais disciplinada e regular, mas inspirada no mesmo tipo de arregimentação *criolla*, colocando-os como corporações essencialmente coloniais.

A Restauração do Rio Grande teve a marca da ação geopolítica pombalina. Quer seja por interesses genuinamente nacionais, quer seja por motivos pessoais, o marquês de Pombal determinou o Prata como campo principal da expansão militar e colonial portuguesa. Enquanto a instalação de Colônia do Sacramento, em 1680, pareceu ter a característica de *marco* de fronteira, quase como uma declaração de intenções. As operações da era Pombal possuíam todo um planejamento que ia do aspecto tático ao estratégico e vice-versa.

A formação do Exército do Sul e as expectativas expressas por Pombal com relação ao mesmo, deixam clara essa nova postura. Ações como a *diversão pelo Oeste*, implementadas de forma desastrosa pelo governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, permitem entrever a que nível de detalhamento chegou o planejamento da expansão geopolítica lusa na América meridional.

Nesse mesmo quadro, podem ser inseridas medidas administrativas de natureza menos militar, como distribuição de terras até Rio Pardo, em 1767, o desmembramento de vila de Viamão e a elevação daquela à freguesia, em 1772, e a transferência do governo para a mesma Porto Alegre, em 1773.

As ações portuguesas culminaram com a retomada da Vila de Rio Grande, em 1776. Entretanto, nova invasão de Cevallos, dessa vez com um desembarque em Canasvieiras, resultou na conquista espanhola da Ilha de Santa Catarina. Em uma investida coordenada a essa, Colônia do Sacramento foi de novo e,

dessa vez, de forma definitiva²⁵, incorporada à Espanha²⁶.

A partir dessas duas conquistas, a intenção de Cevallos, conjuntamente com Vértiz y Salcedo –governador de Buenos Aires -, era realizar uma nova invasão do Rio Grande, por mar e terra, num movimento de torquês. Tal operação chegou a ser iniciada, mas quando já se preparavam as forças beligerantes para o que teria sido um dos maiores conflitos da história colonial, entre as duas nações, chegaram as notícias do armistício.

“Saiu a campo o general Vertiz à testa de 4.000 homens, e se encaminhava ao Albardão, quando ferraram o porto de Maldonado duas fragatas, e largaram um expresso para o exército; achava-se este já tão próximo à fronteira, que as nossas patrulhas cativaram um alferes e três soldados, que se aventuraram a explorar a guarda do Albardão.”²⁷

O mesmo autor, mais adiante, diz:

“Aproximavam-se os exércitos, e uma inevitável peleja ia a decidir da perícia e da fortuna dos dois generais, quando chega a suspensão de armas.”²⁸

Iniciava-se, nas relações das nações vizinhas no Prata, um período de paz que durou cerca de 24 anos, a partir do Tratado de Preliminar de Paz e de Limites, de 1º de outubro de 1777. Este foi confirmado e aperfeiçoado pelo Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, de 11 de março de 1778.²⁹

²⁵ Exceto se for levado em consideração o período de dominação portuguesa em toda a Banda Oriental, entre 1816 e 1824. Objeto de estudo do terceiro capítulo.

²⁶ Nos dizeres de VELLINHO (1970), p. 40: “após um assédio que durou por assim dizer quase cem anos”.

²⁷ PINHEIRO (1982), p. 115. O autor possui interessante narrativa sobre os eventos de 1762 a 1777, que cobrem as páginas 88 a 117 dessa mesma obra.

²⁸ Idem, p. 117.

²⁹ SOARES (1939), p. 165 a 192. Existe aí transcrição do Tratado, artigos separados e outras referências.

Durante esse período, mais do qualquer outro antes, as nações ibéricas entravam como coadjuvantes de ingleses e franceses no jogo político pela hegemonia européia. Mais do que nunca, também, apesar dos esforços bourbonicos e pombalinos de renovação e desenvolvimento interno, percebiam as elites ibéricas que, de superpotências, tinham passado à categoria de potências secundárias, apesar de terem, por esporádicas vezes, papéis preponderantes naquela disputa política cada vez mais intensa e complexa.

Essa decadência e quase ostracismo foi muito mais precoce e dramático no caso português, que já vivia semelhante realidade desde os tempos da Guerra da Restauração, em fins do século XVII. Faltava à orgulhosa Espanha, por sua vez, sofrer os custos de seu íntimo relacionamento com a França, no final do século XVIII.

Comentario [FC1]: retomar

Comentario [FC2]: Retomar